

João de Pina Cabral

A morte na antropologia social

Richard Huntington e Peter Metcalf, *Celebrations of Death: The Anthropology of Mortuary Ritual*, Cambridge, University Press, 1979, 230 pp.

S. C. Humphreys e Helen King, *Mortality and Immortality: The anthropology and archaeology of death*, Londres, Academic Press, 1981, 346 pp.

Maurice Bloch e Jonathan Parry (orgs.), *Death and the Regeneration of Life*, Cambridge, University Press, 1982, 236 pp.

Para nós, a análise sociológica e a análise simbólica não são alternativas, elas devem ser combinadas.

(Bloch e Parry, pp. 6-7)

Apesar da vocação comparativista da antropologia social, que já Radcliffe-Brown, na sequência de Frazer, defendia como um ramo da sociologia comparada¹, a ocorrência de análises comparativas é surpreendentemente rara. As que se tornaram clássicas podem ser contadas pelos dedos. É, portanto, com enorme prazer que verificamos que, na descendência de Hertz, um novo passo é dado neste ramo. Os três livros aqui apresentados (publicados em 1979, 1981 e 1982) não só lidam com o mesmo tema, como podem mesmo ser considerados parte do mesmo discurso.

I

O estudo das representações simbólicas ligadas à morte e dos rituais mortuários tem uma longa, mesmo se errática, história na literatura sociológica. O trabalho de J. J. Bachoffen publicado em 1859 e as extensas partes do *Golden Bough* que Sir James Frazer dedicou ao assunto na última década do século XIX podem ser considerados como os antepassados directos². Para Frazer, o estudo das concepções ligadas à morte assumia enorme importância devido à teoria tayloriana que mantinha que era por meio da contemplação da morte e de estados semelhantes (sono, sonho e

¹ A. R. Radcliffe-Brown, *Structure and Function in Primitive Society*, Londres, Cohen & West, 1952, p. 2.

² J. J. Bachoffen, *Myth, Religion and Mother Right*, trad. E. Manheim, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1967; J. Frazer, *The Golden Bough*, Londres, MacMillan, 1890.

desmaio) que os nossos antepassados tinham originado a concepção de alma, na base da qual se viria a desenvolver a religião. A concentração de símbolos e ritos de fertilidade nos funerais, que era igualmente um tema central tanto para Frazer como para Bachoffen, foi estudada por Jane Harrison no seu famoso livro *Themis*³.

A partir de 1940, porém, e na sequência da influência do funcionalismo antropológico de Malinowski e de Radcliffe-Brown, não só as teorias de Frazer são praticamente abandonadas, como o próprio interesse pelo estudo de sistemas de crença dá lugar a uma maior ênfase sobre morfologia social. Continuam a aparecer estudos importantes de rituais mortuários, mas num contexto etnograficamente específico e dando maior relevância a características sociestruturais. Em particular, merecem especial referência o estudo de Evans-Pritchard publicado em 1948 sobre o regicídio ritual entre os Shilluk do Sudão e o artigo de Godfrey Wilson sobre as convenções mortuárias dos Nyakyusa da Tanzânia⁴, estudos que dão ainda particular importância ao tema da relação entre fertilidade e morte, fazendo-o, no entanto, num contexto estritamente etnográfico.

De um ponto de vista teórico, os antropólogos das décadas de 40 e de 50 vão predominantemente buscar a sua inspiração aos trabalhos da *Année Sociologique* e de Durkheim. A preocupação com a natureza simbólica dos rituais dá lugar a uma procura da função social dos rituais funerários como processos de reestabelecimento da ordem social, posta em perigo pela ocorrência da morte. O trabalho de maior peso, neste contexto, foi um longo artigo publicado em 1907 na *Année Sociologique* por Robert Hertz, um discípulo de Durkheim e Mauss. Este trabalho, intitulado «Contribution à une étude sur la représentation collective de la mort», é, e sem dúvida continuará a ser, o grande clássico da literatura antropológica sobre a morte. Robert Hertz, que publicou um outro artigo cuja importância é certamente equiparável à daquele, «La prééminence de la main droite: étude sur la polarité religieuse» (1909), veio a morrer muito jovem ainda durante a primeira guerra mundial. O seu mestre, Marcel Mauss, editou postumamente, em 1928, uma colecção dos seus trabalhos. Foi, no entanto, sobretudo através da tradução inglesa de Rodney Needham (1960) que estes dois artigos se tornaram famosos⁵.

Baseando-se principalmente em materiais etnográficos recolhidos por outros no Sudoeste asiático, e em particular no Bornéu, Hertz começa por estudar a oposição simbólica entre osso e carne. Esta oposição está, em geral, ligada à ocorrência de exéquias secundárias, posteriores ao desaparecimento da carne, através das quais o morto, que até aí era considerado como perigoso, se torna num antepassado benevolente. Finalmente, chega à conclusão de que existe uma relação definitiva nas representações colectivas dos povos estudados entre o estado de decomposição do cadáver, o estado da alma e a condição ritual dos doridos (em particular no que se refere a questões de poluição).

³ Cambridge, University Press, 1912.

⁴ E. E. Evans-Pritchard, *The divine kingship of the Shilluk of the Nilotic Sudan*, The Frazer Memorial Lecture of 1948, Cambridge, University Press, 1948. Godfrey Wilson, «Nyakyusa conventions of burial», in *Bantu Studies*, n.º 13, pp. 1-31, 1939.

⁵ Robert Hertz, *Mélanges de Sociologie Religieuse et Folklore* (org. Marcel Mauss), Paris, Félix Alcan, 1928, e *Death and the Right Hand*, trad. R. & C. Needham, Londres, Cohen & West, 1960.

Seguindo uma linha de argumentação paralela à utilizada por Durkheim no seu estudo sobre o suicídio, Hertz tenta explorar a relação entre o destino individual e a colectividade, preocupando-se particularmente com aquilo a que Bloch e Parry chamam a «construção social da emoção». A morte do indivíduo põe em risco a ordem social, da qual ele é parte integrante, tornando-se assim necessário criar um processo pelo qual a colectividade possa superar esse perigo. Prevendo a teoria dos ritos de passagem que Van Gennep exporia em 1909⁶, Hertz distingue entre «rituais de desagregação», tais como as primeiras exéquias, cuja função é separar o indivíduo da sociedade, dando origem a um período de liminaridade durante o qual a alma é perigosa para os vivos, e «rituais de reintegração», relativos às segundas exéquias, nos quais a deposição ritual dos ossos do morto reflecte a sua reintegração como membro da colectividade, mas agora como antepassado.

O trabalho de Hertz influenciou profundamente todos os autores que se debruçaram sobre o tema da morte no contexto da antropologia social; entre eles distinguem-se particularmente W. L. Warner (1959), sobre uma cidade americana, Jack Goody (1962), sobre os Logaans da África do Oeste, W. A. Douglass (1969), sobre o País Basco, o próprio Maurice Bloch, no seu livro *Placing the Dead* (1971), sobre os Merina de Madagáscar, e até Louis-Vincent Thomas, na sua *Anthropologie de la Mort* (1975)⁷.

Não é, no entanto, na antropologia social, mas sim na historiografia, que se deve encontrar o ímpeto para o renovado interesse pelo estudo da morte nas ciências sociais. Como Stephen Wilson demonstra, enquanto a antropologia social e a arqueologia tinham mantido um interesse constante no tema, a historiografia tinha-o largamente esquecido⁸. Hermínio Martins, na sua brilhante introdução ao livro *Aspects of Death in Modern Portugal*, sugere mesmo que a explicação para o ressurgimento dos estudos históricos sobre a morte é provavelmente negativa, devendo ser encontrada numa «suspensão de interesse» sobre o tema nas décadas imediatamente posteriores à segunda guerra mundial⁹. Este interesse renovado responde igualmente a um movimento de crítica das práticas mortuárias estabelecidas, muito particularmente nos Estados Unidos¹⁰ e na França¹¹. Mas foram sobretudo as obras que Philippe Ariès e também Michel Vovelle

⁶ Arnold Van Gennep, *Les Rites de Passage*, Paris, Émile Nourry, 1909.

⁷ W. L. Warner, *The Living and the Dead: A Study of the Symbolic Life of Americans*, New Haven, Yale University Press, 1959; J. Goody, *Death, Property and the Ancestors*, Stanford, Califórnia, University Press, 1962; W. A. Douglass, *Death in Murelaga: Funeralary Ritual in a Spanish Basque Village*, Seattle, University of Washington Press, 1969; Maurice Bloch, *Placing the Dead: Tombs, Ancestral Villages, and Kinship Organization in Madagascar*, Londres, Seminar Press, 1971; L.-V. Thomas, *Anthropologie de la mort*, Paris, Payot, 1968.

⁸ «Death and the social historians: some recent books in French and English», in *Social History*, 5, 1980, pp. 435-452, especialmente p. 435.

⁹ Rui Feijó, Hermínio Martins e João de Pina Cabral, *Aspects of Death in Modern Portugal*, Oxford, JASO, 1940 (tradução portuguesa da Editorial Quercus). Vide José Cutileiro, *O Renascimento da Morte*, in «Revista de Livros», *Diário de Notícias* de 8 de Julho de 1984.

¹⁰ Por exemplo, J. Mitterford, *The American Way of Death*, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1963, ou R. M. Harmer, *The High Cost of Dying*, Nova Iorque, Crowell-Collin, 1963.

¹¹ E. Morin, *L'Homme et la Mort*, Paris, Seuil, 1970, ou Thomas, *op. cit.*

dedicaram ao tema que funcionaram como catalisadores deste novo interesse, tanto na história como nas outras ciências sociais¹².

II

O livro de Huntington e Metcalf, *Celebrations of Death*, pode ser visto como uma resposta antropológica a toda esta onda de interesse pela questão da morte; assim, aliás, se explicaria a sua presença na escolha de trabalhos sobre a morte em história social feita por Stephen Wilson¹³. Os próprios autores iniciam o prefácio dizendo-nos que, «depois de três gerações de silêncio, a nossa mortalidade é mais uma vez um tópico próprio para discussão pública»¹⁴. Seguindo na pegada de Rodney Needham, eles pretendem, neste texto, dar uma nova olhada às teses de Hertz em particular, mas também às de Van Gennep¹⁵. Apesar de a aproximação ser comparativa, especial atenção é dedicada a material etnográfico do Bornéu, onde Metcalf fez trabalho de campo e que fora a zona etnográfica preferida por Hertz, e de Madagáscar, estudado por Huntington e por Van Gennep.

Depois de uma breve exposição das teorias de Hertz e Van Gennep, os autores apreciam a validade da posição de Radcliffe-Brown, que, influenciado pela obra de Durkheim, explica os rituais mortuários como **expressões dos sentimentos que levam a uma melhor integração do indivíduo no todo social**. Segundo Huntington e Metcalf, no entanto, a teoria de Hertz é preferível, pois ela explica a ocorrência de símbolos universais por referência a princípios lógicos, e não à emoção, sendo que o cadáver, portanto, passa a ser considerado como um «símbolo universal». A argumentação, no entanto, é pouco inspirada e os autores concluem com uma nota de cautela muito tradicionalmente antropológica: «postos no contexto de um sistema ideológico, social e económico específico, os rituais da morte adquirem um significado que nunca atingiriam se continuássemos a procurar universais culturais fugidios.»¹⁶

A parte II é dedicada ao estudo dos materiais etnográficos específicos que levaram Hertz e Van Gennep a conceber a morte como um processo gradual, enquanto na parte III se estuda o simbolismo que rodeia a morte real e o cadáver do rei como representante do corpo político, utilizando materiais referentes ao regicídio ritual dos Shilluk do Sudão nilótico, da Tailândia, do Egipto antigo e da França renascentista. Finalmente, na conclusão, as atitudes americanas para o cadáver e, em particular, os costumes que rodeiam o embalsamamento parcial são estudados, acentuando os autores a relação destes costumes com a chamada «religião cívica» americana.

¹² Philippe Ariès, *Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen Age à nos jours*, Paris, Seuil, 1975, e *L'Homme devant la Mort*, Paris, Seuil, 1977; G. Vovelle e Michel Vovelle, *Vision de la Mort et de l'au-delà en Provence*, Paris, Colin, Cahiers des Annales, 1970; Michel Vovelle, *Piété baroque et Déchristianisation*, Paris, Plon, 1973, e *Mourir Autrefois*, Paris, Julliard-Gallimard, col. «Archives. 1974.

¹³ «Death and the social historians [...]», *op. cit.*, p. 435.

¹⁴ *Op. cit.*, p. XIII.

¹⁵ Rodney Needham (org.), *Right & Left: Essays on Dual Classification*, Chicago, University Press, 1973.

¹⁶ Richard Huntington e Peter Metcalf, *op. cit.*, p. 58.

Celebrations of Death é certamente um guia útil para o tópico e teve uma posição importante como despoletador de discussão. Fica-se, no entanto, com a sensação de que os autores não foram capazes de avançar significativamente em relação às propostas de Van Gennep e de Hertz e de que, em relação a este último, não terão mesmo feito justiça à profundidade do argumento. O leitor será certamente levado a concordar com Bloch e Parry que Huntington e Metcalf «ignoram quase por completo a preocupação predominante [de Hertz] com a construção social da emoção e com o relacionamento entre o indivíduo biológico e a colectividade social»¹⁷.

III

Mortality and Immortality, a colecção de artigos organizada por S. C. Humphreys e Helen King, é um livro muito diferente. Trata-se das actas de um seminário sobre «Arqueologia e Disciplinas Afins», do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, efectuado em 1980. Aqui se reúnem dezoito trabalhos apresentados por autores oriundos de disciplinas diferentes (arqueologia, história, demografia e antropologia física e social) e de tradições nacionais e teóricas as mais diversas (ingleses, franceses, americanos, brasileiros e indianos). Não é, portanto, de estranhar, como afirma Humphreys na «Introdução», que, «durante a discussão, foram em geral as diferenças nas perspectivas de pesquisa e nos materiais recolhidos que se tornaram mais óbvias»¹⁸. Se, por um lado, perante temas tais como a morte (ou o sexo, para dar um outro exemplo), a interdisciplinaridade não tem limites, por outro lado, a utilidade teórica e prática dessa interdisciplinaridade para cada um dos investigadores é sempre bastante limitada. Assim, e apesar de todos os autores lidarem com a morte enquanto fenómeno social, o livro de Humphreys e King torna-se uma obra de referência, onde cada leitor poderá pescar o que necessita e deixar o resto.

IV

Chegamos finalmente à colecção de textos organizada por Maurice Bloch e Jonathan Parry. Em muitos aspectos, ela segue princípios precisamente opostos aos da colecção anterior. De facto, trata-se de um número limitado de autores (7) todos posicionados centralmente numa tradição sociantropológica inglesa (aliás, na sua maioria, professores universitários de nomeada) e que se endereçam, não à morte em geral, mas «ao significado dos símbolos de fertilidade e renascimento nos rituais funerários»¹⁹. O resultado é, sem dúvida, um dos estudos antropológicos recentes mais fascinantes, ilustre companheiro de *Right & Left* — a colecção de artigos que Needham tinha dedicado, em 1973, a outro artigo de Hertz. Para tal contribuem largamente a «Introdução», feita por Bloch e Parry — cujo

¹⁷ Maurice Bloch e Jonathan Parry (orgs.), *Death and the Regeneration of Life*, Cambridge, University Press, 1982, p. 5.

¹⁸ *Op. cit.*, p. 1.

¹⁹ Maurice Bloch e Jonathan Parry, *op. cit.*, p. 1.

argumento central descreveremos com algum detalhe —, e o artigo final, da autoria individual de Bloch. Este último, em particular, é de uma clareza e inventividade teóricas que, sem dúvida, o equiparam ao próprio texto de Hertz.

Em relação aos artigos individuais, e apesar da sua alta qualidade, só nos será possível fazer a mais breve apresentação. Olívia Harris dedica o seu artigo às crenças sobre a morte e aos rituais funerários de uma população índia semicristianizada da Bolívia, os Laymi, sublinhando a relação entre a situação política e cultural ambígua e impotente deste povo e as suas atitudes perante a morte. Jonathan Parry escreve um ensaio fascinante intitulado *A Morte Sacrificial e o Asceta Necrófago*, na tradição hindu de Benares, apontando para a especificidade destes ascetas, que, utilizando o simbolismo da morte, não procuram uma renovação do tempo — uma cosmogonia —, mas antes a sua suspensão total. Andrew Strathern apresenta um estudo comparativo das atitudes para com o canibalismo, a bruxaria e a morte entre várias tribos das Terras Altas da Nova Guiné, relacionando a variação existente em relação a estes temas com factores, em última instância, ecológicos. John Middleton, descrevendo a sociedade *lugbara* do Uganda, relaciona os rituais mortuários com a estrutura linhageira e a preservação da autoridade tradicional dos anciãos. James L. Watson discute os funerais chineses, dando particular atenção ao simbolismo de fertilidade e de poluição e à posição das mulheres como marginais que são, no entanto indispensáveis à linhagem patrilinear. James Woodburn faz um estudo comparativo de quatro sociedades africanas de caçadores e colectores, argumentando que um sistema produtivo de retorno imediato do trabalho investido «não produz condições férteis para a elaboração ideológica de crenças e práticas relacionadas com a morte, nem para uma associação entre a morte e a fertilidade»²⁰, explicando assim a quase total inexistência de rituais mortuários entre esses povos. Finalmente, Bloch apresenta o seu artigo, no qual relaciona os rituais mortuários dos Merina de Madagáscar com a posição feminina, a identificação com a terra e o poder tradicional.

Recorrendo um pouco a todos os artigos da colecção, Bloch e Parry desenvolvem, na «Introdução», uma argumentação cerrada, pela qual tentam demonstrar a lógica subjacente à associação da morte e dos rituais funerários com a «fertilidade» (compreendida no seu sentido mais lato). Nas suas palavras, «aquilo que parece ser revitalizado nos rituais funerários é o recurso que é *culturalmente concebido* como sendo o mais importante para a reprodução da ordem social»²¹.

O primeiro aspecto focado é a frequente ocorrência na etnografia mundial de uma concepção da vida como um bem limitado. Para os que mantêm esta concepção, a morte não pode deixar de ser vista como «uma fonte de vida», pois «cada morte individual liberta uma nova potencialidade para a vida. O que um perde, outro ganha»²². Existe, portanto, uma ligação lógica entre uma concepção da vida como um bem limitado e a concepção, tão difundida, de que a morte e a reprodução estão interligadas. Esta associação, no entanto, é equívoca, uma vez que a reprodução bioló-

²⁰ Maurice Bloch e Jonathan Parry, *op. cit.*, p. 208.

²¹ Id., *ibid.*, p. 20.

²² Id., *ibid.*, p. 8

gica é um símbolo do valor ambíguo frequentemente antagónico ao próprio conceito de reprodução social²³.

A visão simbólica da morte como um renascimento tem implicações para a concepção do tempo, pois, apesar de cada morte individual pôr em perigo a regularidade da vida social, por meio dos rituais funerários «o descontínuo é associado, em última instância, ao cíclico; e a morte é, consequentemente, transformada num processo indispensável para a continuação da vida»²⁴. A falta de regularidade da morte resulta num reforço da individualidade do morto, o que, em sociedades onde o sistema político corresponde ao que Weber chamava «autoridade tradicional», levanta problemas de carácter político. Os rituais funerários que associam individualidade com podridão e poluição têm por finalidade abolir esta individualidade do morto, legitimando assim a autoridade tradicional, representada pelo culto dos antepassados, que, desta maneira, assumem o papel de «fonte da vida». Para Bloch e Parry, esta associação é atenuada na sociedade ocidental contemporânea, onde o indivíduo é concebido em termos que o opõem à sociedade. A sua morte, portanto, não põe em risco a continuidade social. (Uma teoria explicativa das características específicas da morte ocidental que merece ser confrontada com as propostas de Ariès.)

A distinção entre «boa morte» e «má morte» (ainda tão importante para as populações rurais portuguesas)²⁵ é então discutida, considerando-se que a «boa morte» representa uma promessa de renascimento não só individual, como social, enquanto a «má morte» representa uma perda desse poder. Aqui, os autores desenvolvem novamente uma lógica de argumentação que é particularmente inovadora e é central a toda a discussão. A concepção da «boa morte» que regenera a vida não pode ser construída positivamente através da morte individual, que é necessariamente apercebida como um valor negativo. Por meio da construção de uma imagem da «má morte», que funciona como antítese da «boa morte», no entanto, torna-se possível levar a cabo esta operação.

A própria natureza das crenças sobre a morte reflecte este processo de construção por oposição: «Aquilo que é afirmado pela ideologia central não aparecerá em toda a possibilidade como uma cosmologia completa, permitindo assim espaço para a elaboração de todo o tipo de crenças subsidiárias que são inconsistentes com ela»²⁶. O melhor exemplo desta tendência é sem dúvida o complexo de crenças ligadas entre nós às «almas penadas», aos *revenants* franceses e aos *ghosts* anglo-saxónicos. Apesar de corresponderem a uma visão escatológica anterior à postulação da existência do Purgatório — a crença no qual só se espalhou durante o século XVII —, e não obstante serem, em termos lógicos, estritamente incompatíveis com ele, estas crenças em «almas penadas» continuam vivas²⁷.

²³ Para uma discussão deste tema no contexto etnográfico português ver João de Pina Cabral, *A Peasant Worldview in its Context*, tese de doutoramento, Oxford, 1981, ou *Sons of Adam, Daughters of Eve: the Peasant Worldview of the Alto Minho*, Oxford, Clarendon Press (em preparação).

²⁴ Maurice Bloch e Jonathan Parry, *op. cit.*, p. 10.

²⁵ Ver João de Pina Cabral, «Cults of Death in Northwestern Portugal», in *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, n.º 9, pp. 1-14.

²⁶ Maurice Bloch e Jonathan Parry, *op. cit.*, p. 18.

²⁷ Philippe Ariès (*L'Homme devant la Mort*, cit., pp. 109-110) diz-nos que, a partir do século XIV, «le sort de l'âme immortelle est décidé au moment même de la mort physique. Il y aura de moins en moins de place pour les revenants et

A complexidade da relação entre fertilidade e morte é mais uma vez abordada. De facto, segundo autores, «a sexualidade feminina é frequentemente associada à morte só para ser logo *oposta* à ‘real’ fonte de criatividade humana e natural»²⁸. Esta identificação entre sexualidade, mulher e morte significa que o processo biológico de reprodução é oposto a uma concepção ideal de «fertilidade humana» e associado a uma «fertilidade natural», e portanto anti-social. Citando o exemplo dos cultos de corpos incorruptos do Noroeste português, Bloch e Parry mostram que a putrescência é frequentemente associada à concupiscência e ao sexo feminino e que a preservação eterna do corpo é então a paga pela renúncia aos prazeres mundanos²⁹. Assim, eles criticam a interpretação de Huntington e Metcalf de que a ocorrência nos rituais funerários de associações femininas, a referência a uma sexualidade por vezes até orgiástica e a ênfase sobre putrescência são afirmações de vitalidade e fertilidade perante a morte. Para Bloch e Parry, «este mundo da biologia só é construído com a finalidade de ser imediatamente destruído, de forma a dar lugar a uma regeneração da ordem social»³⁰ — como as efígies de Judas que são feitas no Carnaval só com o fim de serem queimadas.

A percepção do significado político das crenças e rituais mortuários — entre nós tão claramente exemplificada pela Revolução da Maria da Fonte³¹ — é constante através de toda a análise. Na opinião dos autores, numa sociedade em que a estrutura do poder corresponde a um tipo de «autoridade tradicional» weberiano, a função dos rituais funerários como meio de legitimar esta autoridade é inegável. De facto, a associação entre a morte e a fertilidade natural, anti-social e feminina, que urge superar, substituindo-a por uma fertilidade humana, social e masculina, significa que cada morte é a ocasião de uma vitória da ordem social. Assim, «a fertilidade passa a ser representada como uma dádiva feita pelos que se encontram em posições de autoridade, que eles distribuem por meio das suas bênçãos»³².

A morte, porém, continua a existir e a ferir o corpo social; em última instância, ela não é exorcizável; há que encontrar o equilíbrio entre, de um lado, a construção ideológica e, do outro, a morte, a duração e o poder. Esta necessidade só não existe em sociedades, como as de caçadores e recolectores, descritas no artigo de James Woodburn, onde a autoridade é quase inexistente e o investimento económico a longo, médio e até a relativamente curto prazo é desconhecido. Chegados assim ao termo da sua análise, os autores concluem que, «onde não há necessidade de criar uma autoridade transcendental, os mortos podem ser deixados em paz»³³.

leurs manifestations. En revanche, la croyance, longtemps réservée aux savants et théologiens ou poètes, dans le purgatoire, lieu d'attente, deviendra populaire, mais pas avant le milieu du XVII^e siècle, et elle s'est alors substituée aux vieilles images du repos et du sommeil».

²⁸ Maurice Bloch e Jonathan Parry, *op. cit.*, p. 18.

²⁹ Pina Cabral, «Cults of Death [...]».

³⁰ Maurice Bloch e Jonathan Parry, *op. cit.*, p. 27.

³¹ Ver João de Pina Cabral e Rui Feijó, «Conflicting attitudes to Death in Modern Portugal: the question of cemeteries», in *Aspects of Death in Modern Portugal*, cit.; e Rui Feijó, «Mobilização rural e urbana na Maria da Fonte», in Miriam Halpern Pereira et al. (eds.), *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1981, vol. II, pp. 183-193.

³² Maurice Bloch e Jonathan Parry, *op. cit.*, p. 41.

³³ Id., *ibid.*, p. 42.